

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

**Demonstrações financeiras referentes ao
semestre findo em 30 de junho de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balanço patrimonial	11
Demonstrações de resultados	12
Demonstrações de resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas.

A) Apresentação das Demonstrações Financeiras de 30.06.2025

A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo privado de capital fechado, líder do Conglomerado Prudencial Bari, este composto, adicionalmente, pelas controladas Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, incluindo parecer sem ressalva dos Auditores Independentes, KPMG Auditores, referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2025.

B) Visão Organizacional

Banco Bari é especializado em dois produtos, quais sejam: a) crédito consignado, com a quase integridade de convênios firmados com entidades públicas repassadoras, para atendimento a seus servidores; e b) crédito imobiliário, com derivações, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de carteiras de recebíveis imobiliários e empréstimos com garantia de imóveis para pessoas físicas e jurídicas. Também pode ser classificado como um banco digital, já que a maior parte dos seus produtos e serviços são efetivados de forma virtual.

C) Atividades de Relevância no Contexto Corporativo

O Conglomerado Financeiro Bari contratou empresa especializada para assessorá-lo no atendimento às novas regras operacionais, ditadas pelas Resoluções CMN nºs 4966 e 5100, e Resoluções BCB nºs 219, 309 e 352. As alterações trazidas pelos citados normativos tiveram impactos importantes e foram implementados a partir de jan/2025. Os principais impactos foram em relação a forma de contabilização e reconhecimento contábil dos custos atrelados a originação de operações de crédito e, também, nos critérios de mensuração das provisões para perdas incorridas e esperadas nas operações de crédito.

D) Área Administrativa

Realizamos diversas ações e reuniões informativas periódicas sobre a evolução dos negócios do Conglomerado Financeiro Bari, além de abordagem sobre novos produtos, melhorias e novidades no nosso app e plataformas digitais, em que parcela relevante do funcionalismo vem marcando presença.

Seguindo a disposição de apoio a medidas de motivação, transparência e valorização do quadro funcional, diversos programas nesta linha foram desenvolvidos, dos quais selecionamos os seguintes:

- **Ciclos de Avaliação de Desempenho:** Condução estruturada para fortalecer a cultura de feedback e o desenvolvimento contínuo.
- **Ciclos de Meta:** Acompanhamento estruturado para potencializar a cultura de resultados.
- **Desenvolvimento de Liderança e Equipe:**
 - **Teambuilding de Liderança:** Atividades voltadas para o fortalecimento do trabalho em equipe e da atuação colaborativa.

- **Pesquisa de Clima Organizacional:** Iniciativa com o objetivo de tornar nossa empresa um lugar cada vez melhor para se trabalhar.
- **Conscientização e Bem-Estar**
 - **Dia Nacional de Combate ao Assédio Moral no Trabalho:** Campanha de sensibilização e reforço de boas práticas no ambiente corporativo.
 - **Ações de engajamento:** Iniciativas ao longo do semestre, como Janeiro Branco, Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia do Orgulho e Café Junino/Julino.

E) Destaques Operacionais

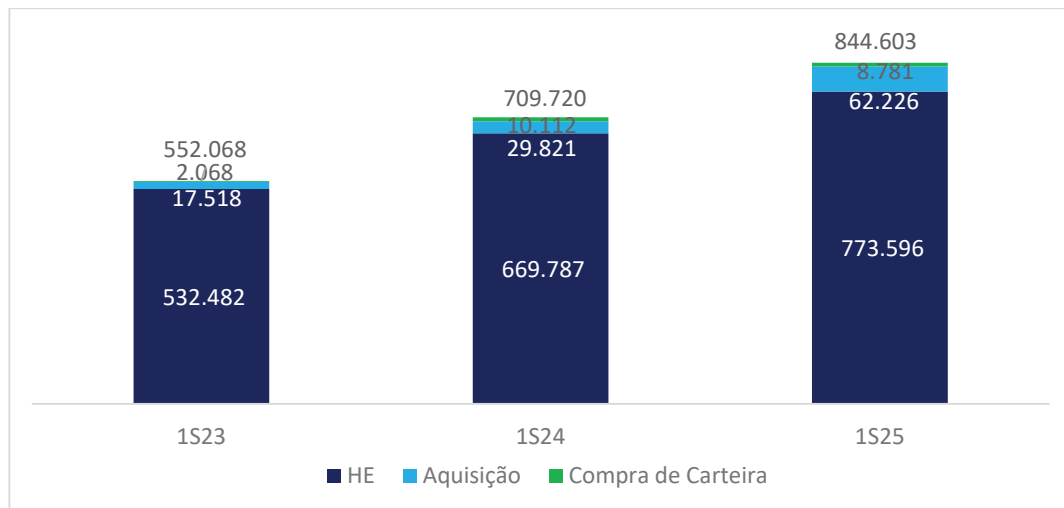
Apresentamos, a seguir, os números alcançados (R\$ mil), que mostram a evolução ocorrida no exercício de 2024, comparativamente à posição de encerramento do 1º semestre de 2025:

	<u>Jun/2025</u>	<u>Jun/2024</u>
a) Patrimônio Líquido:	188.265	166.064
b) Ativos de crédito:	1.238.672	1.081.677
c) Captação:	1.294.111	1.198.336
d) Índice de Basileia:	21,13%	18,72%
e) Lucro do período:	18.698	10.494
f) ROAE *	20,8%	13,1%
Carteira de Crédito		
g) Atraso > 90 dias	2,26%	2,36%
h) Atraso > 180 dias	1,65%	1,41%

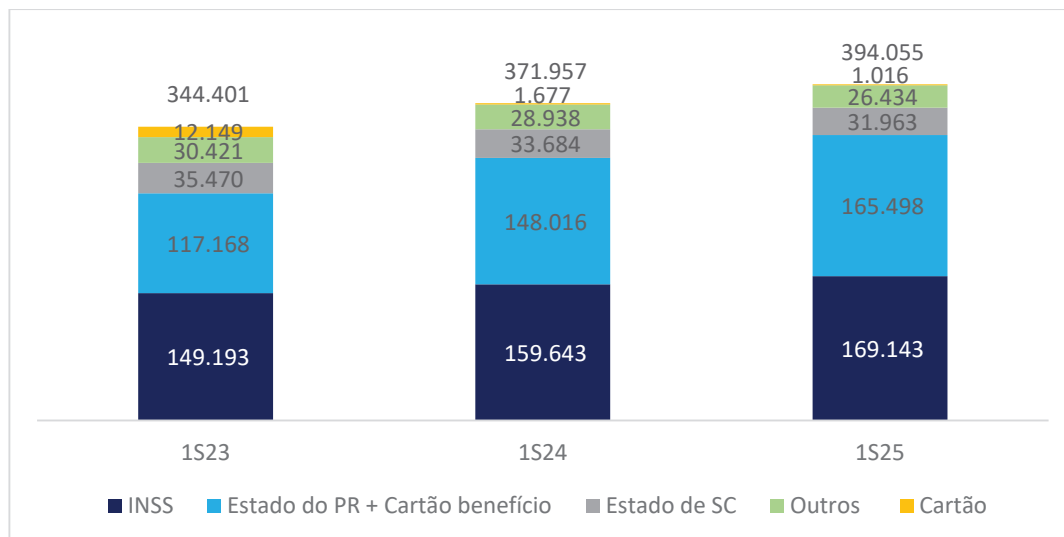
*Anualizado.

O lucro auferido na posição de jun/2025, consoante item “e” supra, segue apresentando resultado condizente com o nosso porte e projeções efetuadas no início do exercício aqui sob referência, e ainda se valendo das economias geradas por constantes investimentos em tecnologia. Vale realçar o crescimento da carteira de crédito de 14,5%, quando se observa os dois gráficos abaixo apresentados, envolvendo as áreas do imobiliário e do crédito consignado + cartão de crédito, compreendendo o período dez/2024 a jun2025.

Carteira de Crédito – Imobiliário

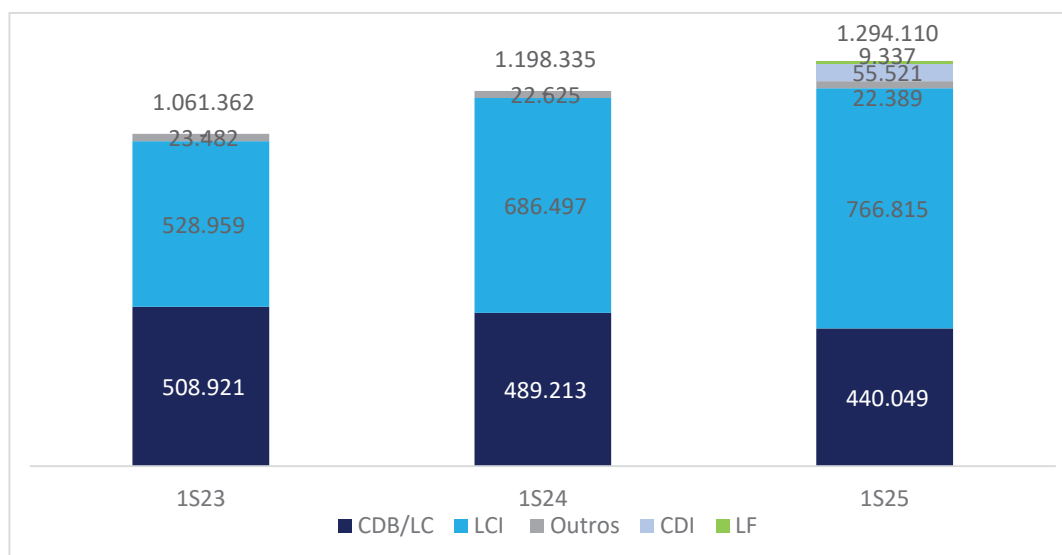


Carteira de Crédito – Consignado e Cartão



Captações

Com fulcro nos dados do quadro abaixo, podemos observar que as captações experimentaram incremento próximo a 8% no período de jun/2024 e jun/2025 e de 21,9% no período de jun/2023 a jun/2025, sendo realizadas em volume crescente por via app, o que trouxe agilidade e comodidade aos nossos correntistas, presente que disponibilizamos àqueles investidores demonstrativos mensais acerca de suas aplicações.



F) Governança Corporativa

O Banco Bari atende aos princípios básicos de Governança Corporativa, com reuniões regulares do seu Conselho de Administração, e, também, cumprindo uma rotina semanal de reuniões de sua Diretoria. Adicionamos que o banco realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa. Dispõe, ainda, de: a) Código de Ética e Conduta; b) política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro; c) Canal de Denúncias; d) Ações Internas de Sensibilização e Disseminação da Inclusão, com vistas a respeitar a diversidade; e e) outros instrumentos de transparência de gestão, em total simetria com os preceitos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Sobre o Conselho de Administração, informamos que se reúne anualmente com a auditoria interna terceirizada do Banco, com o objetivo de se inteirar do estado dos controles internos aqui implementados, visando, caso necessários, eventuais ajustes que possam resultar em aperfeiçoamentos.

G) Rating

O Banco detém a classificação “**BrA-**”, atribuído pela avaliadora Moody’s, conforme decisão de seu Comitê de Classificação de Risco, em reunião realizada em setembro último, com perspectiva estável. O rating ‘**BrA-**’ está fundamentado na metodologia de avaliação de risco de instituições financeiras. A Moody’s entende que o Banco Bari possui solidez intrínseca adequada e qualidade de suporte externo moderada, representando, assim, baixo risco aos seus depositantes e credores em geral.

H) Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e de Capital

Em consonância com as prescrições da Resolução CMN n.º 4.557/17, elegemos setores para atuarem no controle dos diversos riscos previstos no citado normativo, representados por risco de

crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco social, risco ambiental, risco climático, risco de gerenciamento de capital, entre outros, e contamos com um Diretor investido como responsável pelo assunto (CRO), presente que centralizamos essas atividades no Banco, envolvendo ainda a controlada Bari Cia Hipotecária. Testes de estresse são realizados semestralmente, de forma a prevenir eventos com severidade que possam derivar de cenários pouco comuns. Conquanto estejamos desobrigados de criar um Comitê para acompanhamento da evolução dos diversos riscos, conforme indicado na resolução acima para entidades em que nos inserimos, de classe S4, instituímos uma Comissão para executar tal tarefa, que tem a presença, entre outros técnicos, de todos os diretores e reuniões trimestrais. Entre os temas a serem ali avaliados encontra-se a RAS, uma grade, instituída pela citada Resolução CMN 4557, com 11 (doze) indicadores de performance, no nosso caso, em que constam os riscos toleráveis em operações distintas. Realçamos, a respeito do indicador referente a risco socioambiental e climático, que elaboramos política para nortear nossas ações pertinentes, considerando a sua relevância no contexto atual, em que sobressai a necessidade de prevenir os efeitos do aquecimento climático e intempéries daí decorrentes.

I) Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FT)

O Banco e suas controladas Bari Hipotecária e Bari Securitizadora tem suas atividades no particular definidas em política, que apresenta como objetivo formalizar as diretrizes e definir os papéis e responsabilidades para prevenir a utilização das empresas do Conglomerado Prudencial Bari (Conglomerado) em práticas de lavagem de dinheiro, de financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, em conformidade com as exigências legais e regulamentares específicas constantes na Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998, e complementos, Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021, Circular BACEN nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, Carta-Circular BACEN nº 4.001, de 29/01/2020 e pelas Normas emitidas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Este tema vem ganhando proeminência, na atualidade, frente a diversas ocorrências em mercado que recomendam atenção diferenciada de prevenção a esse respeito.

Agradecimentos

Considerando o exposto, a Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores, a demonstrar pleno engajamento na construção de um banco moderno e competitivo

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Nunes Machado, nº 68 – 10º Andar - Batel
80250-000 – Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de administração e diretores do
Banco Bari S.A
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bari S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras do Banco Bari S.A. em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2.a às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referente ao período de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução 4.966/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352/23 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalvas relacionada a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A governança é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a governança é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de setembro de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC 1SP-294326/O-3

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Balanços patrimoniais em 30 e junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2025
Circulante		420.599
Disponibilidades	4	7.132
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	87.555
Instrumentos financeiros		282.475
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		22.575
Carteira própria	5.a	18.960
Instrumentos financeiros derivativos	5.c	3.615
Operações de crédito	6	259.900
Operações de crédito - setor privado		288.226
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(28.326)
Outros ativos financeiros	7	25.331
Outros ativos financeiros		25.353
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(22)
Outros ativos	8	18.106
Outros ativos		18.580
Provisão para <i>impairment</i>		(474)
Não circulante		1.114.824
Realizável a longo prazo		1.013.309
Instrumentos financeiros		955.160
Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		11.460
Vinculados a garantia de operações	5.b	1.465
Instrumentos financeiros derivativos	5.c	9.995
Operações de crédito	6	943.700
Operações de crédito - setor privado		950.446
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito		(6.746)
Ativos fiscais diferidos	22	47.268
Outros ativos financeiros	7	5.390
Outros ativos financeiros		5.390
Outros ativos	8	5.491
Outros ativos		6.165
Provisão para <i>impairment</i>		(674)
		101.515
Permanente		86.675
Investimentos	10	86.675
Investimentos em participações em coligadas e controladas		86.675
Imobilizado de uso		1.747
Outras imobilizações de uso		3.226
Depreciações acumuladas		(1.479)
Intangível	11	13.093
Ativos intangíveis		58.212
Amortizações acumulada		(45.119)
Total do ativo		1.535.423

Passivo	Nota	30/06/2025
Circulante		582.439
Depósitos e demais instrumentos financeiros		537.108
Depósitos	12.a	184.315
Depósitos a vista		16.834
Depósitos a prazo		167.421
Outros depósitos		60
Recursos de aceites de emissão de títulos	12.c	352.793
Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias		352.793
Relações interfinanceiras	13	455
Transações de pagamento		455
Outras obrigações		44.876
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		340
Sociais e estatutárias	14	4.095
Fiscais e previdenciárias	15	7.743
Diversas	16	32.698
Não circulante		764.719
Exigível a longo prazo		764.719
Depósitos e demais instrumentos financeiros		757.003
Depósitos	12.a	333.677
Depósitos a prazo		333.677
Recursos de aceite de emissão de títulos	12.c	423.326
Recursos de aceites cambiais		423.326
Outras obrigações		7.716
Fiscais e previdenciárias	15	5.591
Diversas	16	2.125
Patrimônio líquido	18	188.265
Capital	18.a	120.000
De domiciliados no país		120.000
Reservas de lucros		65.930
Ajustes a valor de mercado - Títulos e valores mobiliários		(10)
Ajustes a valor de mercado - Hedge fluxo de caixa		2.345
Total do passivo		1.535.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações de resultados

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	30/06/2025
Receitas da intermediação financeira		<u>135.458</u>
Operações de crédito		123.736
Resultado com títulos e valores mobiliários	5.d	6.110
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5.d	5.612
Despesas da intermediação financeira		<u>(87.783)</u>
Operações de captação no mercado	12.c	(80.001)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.b	(7.782)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>47.675</u>
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(23.428)</u>
Receita de prestação de serviços	20	4.692
Despesas de pessoal		(3.464)
Outras despesas administrativas	22	(28.806)
Despesas tributárias	21	(3.356)
Resultado de equivalência patrimonial	10	7.508
Outras receitas operacionais		1.392
Outras despesas operacionais		(1.394)
Resultado operacional		<u>24.247</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro		<u>24.247</u>
Imposto de renda e contribuição social	23	<u>(5.549)</u>
Provisão para imposto de renda		(893)
Provisão para contribuição social		(756)
Ativo fiscal diferido		(3.900)
Lucro líquido do período		<u><u>18.698</u></u>
Quantidade de ações		104.500
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		0,1789

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2025
Lucro líquido do período	<u>18.698</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(1.136)
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	4.380
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças do valor justo	(6.446)
Imposto de renda e contribuição social	<u>930</u>
Resultado abrangente total	<u><u>17.562</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
				Legal	Estatutária / Especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2024		104.500	-	7.910	52.978	5.827	(1)	171.214
Ajuste inicial da adoção à Resolução nº 4.966/2021		-	-	-	(8.066)	-	-	(8.066)
Saldos em 1 de janeiro de 2025		<u>104.500</u>	<u>-</u>	<u>7.910</u>	<u>44.912</u>	<u>5.827</u>	<u>-</u>	<u>163.149</u>
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e hedge de fluxo de caixa	5	-	-	-	-	(3.492)	-	(3.492)
Aumento de capital		15.500	-	-	(1.290)	-	-	14.210
Aumento de capital homologado		-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	18.698	18.698
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	18.b	-	-	935	-	-	(935)	-
Reserva para integridade do Patrimônio Líquido	18.c	-	-	183	17.580	-	(17.763)	-
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	(4.300)	-	-	(4.300)
Saldos em 30 de junho de 2025		<u>120.000</u>	<u>-</u>	<u>9.028</u>	<u>56.902</u>	<u>2.335</u>	<u>-</u>	<u>188.265</u>
Mutações do semestre		<u>15.500</u>	<u>-</u>	<u>1.118</u>	<u>11.990</u>	<u>(3.492)</u>	<u>-</u>	<u>25.116</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre		18.698
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações		5.282
Equivalência patrimonial	10	(7.508)
Resultado com instrumentos derivativos		(3.623)
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	6.b	7.782
Provisão para outros ativos financeiros		19
Provisão (reversão) para outros ativos		1.008
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	17.c	(83)
Provisão para imposto de renda e contribuição social		(1.649)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido		(3.900)
Participação dos empregados		247
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Títulos e valores mobiliários		2.465
Operações de crédito		(92.656)
Outros ativos financeiros		(5.574)
Outros ativos		(3.054)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Depósitos a vista e a prazo		(43.580)
Recursos de aceites de emissão de títulos		66.880
Relações interfinanceiras		(1.843)
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		257
Obrigações sociais e estatutárias		(1.069)
Obrigações fiscais e previdenciárias		533
Outras obrigações		13.473
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		3.075
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais		(44.820)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Ajustes em investimentos adoção do nova norma		1.835
Aquisições de imobilizado		(62)
Adições ao intangível		(4.607)
Alienação do imobilizado		(158)
Baixa do intangível		9
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades de investimentos		(2.983)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos		(18.211)
Aumento de capital	18	14.210
Caixa líquido (aplicado)/gerado na atividades de Financiamentos		(4.001)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(51.804)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		146.491
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre		94.687

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. (“Banco”), constituído sob a forma de banco múltiplo, com duas carteiras: a) Investimentos; e b) crédito, financiamento e investimentos, atua com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens, cartão de crédito e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Está localizado na Av. Sete de Setembro, nº 4781, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis no 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Conforme consta no Art. 79 da Resolução nº 4.966/2021, as instituições ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

De forma excepcional, o Banco utilizou a faculdade dada pela Resolução nº 487/25, de divulgar as demonstrações financeiras relativas ao encerramento do semestre em 30 de junho de 2025, em até 90 dias após a data base.

Adoção de novas normas

O Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que trata de conceitos e critérios contábeis aplicáveis a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, provisão para perdas esperadas ao risco de crédito, designação e reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e evidenciação das informações.

Adicionalmente, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução BCB nº 352/2023 que estabelece procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros (teste de SPPI – Somente Pagamento de Principal e Juros), aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, incluindo pisos mínimos obrigatórios e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros nas notas explicativas.

Concomitante à mudança trazida pela Resolução supracitada, também ocorreu a reformulação do Plano de Contas Contábil das Instituições do Sistema Financeiro

Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF (Instruções Normativas BCB nº 493 a 500 de 26/07/2024).

- As referidas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião 29 de setembro de 2025.

b. Impactos provenientes da Implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023 foram aplicadas de forma prospectiva e os ajustes de saldos contábeis foram reconhecidos em 1º de janeiro de 2025 e contrapartida do Patrimônio Líquido (rubrica “Lucros Acumulados”) com redução total de R\$ 8.066 proveniente de:

Descrição	Efeitos
Provisão para Perdas	(11.329)
(-) Efeito tributário	5.098
Ajustes Investimento Controlada	(1.835)
(=) Efeito de transição no Patrimônio Líquido	<u><u>(8.066)</u></u>

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

c. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “*pro rata*” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

d. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos e receitas diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados com base no modelo de negócios para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa (teste de somente principal e juros - Teste SPPJ), conforme a relação a seguir:

(i) Ativos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado quando o ativo financeiro é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros

(ii) Ativos financeiros subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando o ativo financeiro é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixas contratuais quanto pela venda de ativos financeiros com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamento de principal e juros

(iii) Ativos financeiros subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado quando não atendem aos critérios descritos acima

Os passivos financeiros são mensurados ao Custo Amortizado, exceto i) derivativos; ii) passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiro; iii) passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro; iv) compromissos de crédito e créditos a liberar; e v) garantias financeiras prestadas.

Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

As operações com derivativos, representados por operações de swap, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes desses contratos de swap são apurados diariamente por tipo de ativo e os respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período, seja semestre e/ou exercício.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

Os instrumentos derivativos, designados como parte de estrutura de proteção de riscos (“*hedge*”) são classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa. A parcela efetiva da valorização ou desvalorização dos instrumentos financeiros derivativos é registrada em contrapartida conta

destacada no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do hedge, ou (ii) na realização do objeto do hedge. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecido diretamente no resultado.

Operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos

As principais operações de crédito do Banco são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas.

As operações de crédito, depósitos, captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos tem suas receitas ou despesas reconhecidas no resultado *pró-rata-day*, sendo que as operações que possuem receitas ou despesas diretamente atribuídas são apuradas com base na taxa de juros efetiva (“modelo padrão”) nos termos do Art. 72 da Resolução BCB nº 352/2023.

e. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. é constituída com base na metodologia simplificada, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 352/2023 para seus ativos financeiros.

A Companhia considera os prazos de vencimentos e os percentuais mínimos estabelecidos nos Artigos 76 a 78 para constituição de provisão para perdas incorridas (ativos inadimplidos) e para constituição de provisão adicional. Adicionalmente classificou os ativos financeiros em C1 a C5 considerando o tipo do produto e as garantias das operações conforme determinado pelo Art. 81 da Resolução BCB nº 352/2023

De forma complementar, a Companhia realiza **backtests anuais** considerando dados históricos, comparando as perdas observadas com os níveis de provisão mínimos constituídos, e caso seja identificada insuficiência, é realizado ajuste complementar (Provisão para Perdas Esperadas) em conformidade com o artigo 79, inciso III da Resolução BCB nº 352/2023.

O Banco efetua a baixa dos ativos financeiros para prejuízo quando a provisão para perdas chega no percentual de 100%.

f. Outros ativos

Correspondem, basicamente, a bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso referem-se a imóveis disponíveis para venda e as despesas antecipadas correspondem a benefícios que ocorrerão em períodos futuros.

g. Investimentos

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

h. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Banco.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por

espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Sistema de transporte	20%

i. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software	20% e 25%
Marcas e patentes	25%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

j. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, semestralmente, na ocasião do levantamento do balanço, para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

k. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

l. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

m.

n. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*Impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

o. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

Provisões - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas somente com risco provável.

Depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do BACEN.

p. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas

na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Banco espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

q. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Desta maneira de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 em seu artigo 34 e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes do Banco assume-se que o lucro líquido do Banco no semestre findo em 30 de junho de 2025 no montante de R\$ 18.698, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

r. Adoção de novas normas

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a aderência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, essa Resolução entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022. Foi realizada avaliação e análise por parte do Banco, cujo resultado demonstrou que não há impactos e procedimentos a serem estabelecidos.

A Lei 14.467/2022, alterou o tratamento tributário aplicado às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta lei entrou em vigor a partir de janeiro de 2025.

Foi publicada a MP nº 1.261 em 02/10/2024, convertida na Lei nº 15.078/2024, determinando o prazo para diferimento dos ativos diferidos originados a partir das perdas incorridas existentes em 31/12/2024, podendo ser em 84 ou 120 avos, condicionados, iniciando a contabilização dessas perdas, na determinação do lucro real, para Imposto de Renda e Contribuição Social, a partir de janeiro/2026.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2025. Esse normativo não tem impacto no Banco Bari.

A administração declara que preparou as demonstrações financeiras no pressuposto de continuidade dos negócios e que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras do Banco, evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

s. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2025.

4 Classificação dos ativos e passivos financeiros

O Banco classificou seus ativos e passivos financeiros, para o balanço de 30 de junho de 2025, conforme demonstrado abaixo:

	Custo Amortizado	Valor Justo no Resultado	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativos				
Disponibilidades	7.132	-	-	7.132
Aplicação Interfinanceira de liquidez	87.555	-	-	87.555
Títulos e valores mobiliários	1.465	644	18.316	20.425
Derivativos de Swap	-	13.610	-	13.610
Operações de crédito	1.238.672	-	-	1.238.672
Outros ativos financeiros	30.353	-	-	26.571
Total Ativos Financeiros	1.365.177	14.254	18.316	1.416.063
Passivos				
Depósitos	517.992	-	-	517.992
Recursos de aceites e emissão de títulos	776.119	-	-	776.119
Relações interfinanceiras	455	-	-	455
Total Passivos Financeiros	1.294.566	-	-	1.294.566

5 Caixa e equivalente de caixa

	30/06/2025
Depósitos bancários	176
Reservas livres	6.882
Disponibilidades em moeda estrangeira	74
Total de disponibilidades	7.132
Operações compromissadas - Posição bancada	87.555
Letras do Tesouro Nacional	87.555
Total de caixa e equivalentes de caixa	94.687

As aplicações interfinanceiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa. Estas estão demonstradas no quadro abaixo:

	30/06/2025	
	Tx.	Curto prazo
Microcrédito	0,9615% a.a	551
DI (pré)	14,90% a.a.	87.004
Total		87.555

7 Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

		30/06/2025		
	Vencimento	Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Custo amortizado				
Letra Financeira do Tesouro – LFT (valores em garantia de operações)	01/03/2026	1.465	1.464	1
Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes				
Letra Financeira do Tesouro – LFT (carteira própria)	01/03/2024 a 01/03/2026	18.316	17.202	1.114
Valor justo no Resultado				
Certificado de recebíveis imobiliários	10/03/2043 a 10/05/2043	644	2.378	(1.734)
Total		20.425	21.044	(619)

t. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de “swap”, envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e liquidação Financeira de Títulos – B3. Esses contratos são utilizados visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros da carteira de captações (corrigida pelo IPCA e CDI respectivamente), conforme demonstrada a seguir:

	30/06/2025					
Contratos de Swap	Valor referencial	Diferencial a receber (pagar)	Posição ativa		Posição passiva	
			Acrual	MTM	Acrual	MTM
Ativos DI x Passivos IPCA (**)	65.612	4.634	77.714	77.714	76.965	73.080
Ativos DI x Passivos Pré (**)	158.431	8.976	194.511	194.511	190.120	185.536
Total	224.043	13.610	272.225	272.225	267.085	258.616

(**) Instrumento financeiro classificado como *hedge* de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação a mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido, onde os objetos do *hedge* são certificados de depósitos bancário e letras de crédito imobiliário.

O valor justo para os instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações para preço de mercado. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas, a partir de preços

divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para novos modelos.

O Banco tem como política a eliminação de parte do risco de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de juros e operando apenas com instrumentos que permitam o controle dos riscos.

Efetividade do hedge	30/06/2025
Contratos de swap firmados em outras instituições financeiras, registrados na B3	
Valor do instrumento de "hedge"	272.225
Valor do objeto de "hedge"	271.065
Taxa de efetividade (*)	99,57%

- u. (*) A efetividade do hedge encontra-se em conformidade, de acordo com o estabelecido na Resolução CMN 4.966/2021 Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos**

	30/06/2025
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	10
Rendas de aplicações em operações compromissadas	6.100
Deságio na colocação de títulos	(1.012)
Resultado com títulos de renda fixa	1.989
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	4.635
Total	11.722

8 Operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

- a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:**

	30/06/2025	
	Carteira	Distrib.
Crédito pessoal e CDC	778	0,06%
Crédito pessoal consignado	392.141	31,66%
Capital de giro	2.597	0,21%
Cartão de crédito	775	0,06%
Empréstimos com garantia	769.011	62,09%
Financiamento imobiliário empreendimento - aquisição	9.066	0,73%
Financiamento imobiliário residencial - aquisição	20.195	1,63%
Financiamento imobiliário residencial - construção	44.109	3,56%
Total	1.238.672	100,00%
Circulante	288.226	
Não circulante	950.446	

- b. Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito**

b.1 Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	30/06/2025
Saldo no início do período	(18.775)

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.*Demonstrações financeiras referente ao
semestre findo em 30 de junho de 2025*

Adoção de novas normas	(11.290)
Constituição líquido de reversões	(7.782)
Créditos baixados para prejuízo	2.775

Saldo final do período	(35.072)
-------------------------------	-----------------

Circulante	(28.326)
Não Circulante	(6.746)

Foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo”, no semestre findo em 30 de junho de 2025, o montante de R\$ 3.626 .

	30/06/2025	
	Refinanciamentos	Renegociações
Produto		
Crédito Consignado	54.043	633
Crédito Imobiliário	14.377	25.691
Cartão de Crédito	295	-

Não ocorreram reestruturações nos períodos findos em 30 de junho de 2025.

Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

b.2 Composição da carteira e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para perda esperada associada ao risco de crédito em 30 de junho de 2025 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Ativos Não Problemáticos	C1	C2	C5	Valor	%
Zero a 14 dias	735.468	610	371.477	1.107.555	89,41%
15 a 30 dias	36.784	1	4.513	41.298	3,33%
31 a 60 dias	40.637	-	1.732	42.369	3,42%
61 a 90 dias	4.368	2	830	5.200	0,42%
Ativos Problemáticos inadimplidos					
Menor que 3 meses	6.119	-	3.662	9.781	0,79%
Igual ou menor que 3 e menor que 6 meses	753	1	2.638	3.392	0,27%
Igual ou menor que 6 e menor que 9 meses	7.160	-	2.860	10.020	0,81%
Igual ou menor que 9 e menor que 12 meses	425	-	2.176	2.601	0,21%
Igual ou maior que 12 meses	4.240	-	1.376	5.616	0,45%
Ativos Problemáticos não inadimplidos					
Zero a 14 dias	2.151	18	100	2.270	0,18%
15 a 30 dias	1.177	-	142	1.319	0,11%
31 a 60 dias	3.358	-	867	4.224	0,34%
61 a 90 dias	2.334	-	692	3.026	0,24%
Total	844.974	632	393.065	1.238.671	100%

Composição de perdas associadas ao risco de crédito:

Carteira	Situação	Total a vencer	Vencidos	Perdas Esperadas Incorridas	Perdas Esperadas Adicionais
C1	Ativos Não problemáticos	813.923	3.335	-	(13.631)
C1	Ativos Problemáticos inadimplidos	15.991	2.730	(6.689)	(837)
C1	Ativos Problemáticos não inadimplidos	8.722	274	-	(900)
C2	Ativos Não problemáticos	611	2	-	(9)
C2	Ativos Problemáticos inadimplidos	1	-	-	(0)
C2	Ativos Problemáticos não inadimplidos	19	-	-	(6)
C5	Ativos Não problemáticos	378.039	512	-	(2.782)
C5	Ativos Problemáticos inadimplidos	9.413	3.299	(8.833)	(423)
C5	Ativos Problemáticos não inadimplidos	1.702	98	-	(962)
Total		1.228.421	10.250	(15.522)	(19.550)

c. Cessão de crédito

Durante os semestres em epígrafe, o Banco não adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação.

As rendas auferidas para os contratos adquiridos ao longo do tempo, que constavam ativas na carteira de crédito, para essa modalidade de operação de crédito, no semestre findo em 30 de junho de 2025, foi no montante de R\$ 316. Estas operações são realizadas no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócios.

Durante o semestre em epígrafe, o Banco alienou parte da carteira de crédito para parte relacionada no montante de R\$ 12.387. Esta operação não gerou resultados negativos ou positivos, também não resultou em valores pendentes de liquidação entre as partes.

d. Concentração de créditos

	<u>30/06/2025</u>
Dez maiores devedores	39.313
Percentual do total da carteira de operações de crédito	3,17%
Cinquenta maiores seguintes	104.855
Percentual do total da carteira de operações de crédito	8,47%

9 Outros ativos financeiros

	<u>30/06/2025</u>
Circulante	
Títulos e créditos a receber (a)	1.845
Dividendos e juros ao capital próprio a receber	6.201
Devedores diversos (b)	5.615
Impostos a recuperar (c)	5.375
Devedores por compra de valores e bens	1.317
Valores a receber de sociedades ligadas	212
Serviços prestados a receber	4.072
Adiantamentos e antecipações salariais	1.923
Depósitos no Banco Central	70
Outras rendas a receber	-
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	(22)
Prêmio ou (-) Desconto em operações de crédito	(1.277)
Total	<u>25.331</u>
Não circulante	
Impostos a recuperar (c)	4.242
Devedores por compra de valores e bens	218
Devedores por depósitos em garantia	132
Títulos e créditos a receber (a)	798
Provisão para perda associada ao risco de crédito (a)	-
Total	<u>5.390</u>

- (a) Os valores inscritos em “Títulos e Créditos a Receber”, tanto no circulante como no não circulante, são representados em 30 de junho de 2025, basicamente por: (i) R\$ 798 saldos não repassados de órgãos públicos; (ii) R\$ 1.845 com característica de concessão de crédito para operações do cartão de crédito Bari.
- (b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados por: (i) valores relativos a portabilidades, baixas de contratos por refinanciamentos no montante de R\$ 2.604; (ii) baixas de parcelas a processar no montante de R\$ 12 ((iii) valores em contestação BariCard em R\$ 1.565; (iv) custas de pré consolidação de imóveis no valor de R\$ 1.433.

- (c) Referem-se a valores de antecipações de IRPJ e CSLL ocorridas, que serão recuperadas em exercícios futuros.

10 Outros ativos

	<u>30/06/2025</u>
Circulante	
Despesas antecipadas – seguros	7
Despesas antecipadas – Serviços técnicos especializados	826
Despesas antecipadas – estoque plástico BariCard	640
Despesas antecipadas - impostos estaduais e municipais	21
Despesas antecipadas – taxas do sistema financeiro	55
Ativos não financeiros recebidos	17.031
Provisão para impairment	<u>(474)</u>
Total	<u><u>18.106</u></u>
Não circulante	
Ativos não financeiros recebidos	6.164
Provisão para impairment	<u>(674)</u>
Total	<u><u>5.490</u></u>

Os critérios de classificação dos ativos não financeiros recebidos, para curto e longo prazo, são através de identificação da impossibilidade de venda do bem, seja por liminar judicial ou imóvel ocupado. Os laudos dos bens retomados são atualizados semestralmente na ocasião do balanço, sua mensuração é realizada pelo valor esperado de venda.

e. Movimentação de Ativos não financeiros , líquido do valor recuperável

	<u>30/06/2025</u>
Saldo inicial	20.726
Retomadas no período	9.851
Vendas no período	(6.900)
Resultado na venda	(1.623)
Sobejo (troco na venda)	82
(Constituição)/reversão de valor recuperável	<u>(88)</u>
Saldo final	<u><u>22.048</u></u>

11 Investimentos

	Controladas		Outros	
	Bari Securitizadora S.A (a)	Bari Companhia Hipotecária (b)	CIP S.A (c)	30/06/2025 Total
Informações sobre a controlada:				
Número de ações de capital	3.750.000	45.000.000	52.751.074	-
Ativo total	12.625	360.900	2.342.027	-
Lucro do período	1.128	2.936	287.119	-
Patrimônio líquido:				
Capital social	3.750	45.000	1.143.289	-
Reservas de lucros	5.580	24.392	912.801	-
Ajuste a valor de mercado	(89)	20	4.265	-
Informações sobre o investimento na controlada:				
Número de ações possuídas	3.712	44.550	11.131	-
Percentual de participação (%)	99,00%	99,00%	0,02%	-
Movimentação dos investimentos no exercício:				
Saldo início do período	9.408	71.188	796	81.392
Efeito Patrimonial Res. nº 4.966	-	(1.835)	-	(1.835)
Dividendos propostos	-	(390)	-	(390)
Resultado de equivalência patrimonial	668	6.840	-	7.508
Saldo final do período	10.076	75.803	796	86.675

- (a) Em 2017, o Banco, adquiriu 99% de participação societária, junto à empresa Bari Securitizadora S.A., com valor nominal de R\$ 1.337 (um milhão, trezentos e trinta e sete mil reais). A Bari Securitizadora tem como objeto social: (a) aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.
- (b) Em setembro de 2011, o Banco Central do Brasil aprovou o funcionamento da Bari Companhia Hipotecária, na qual o Banco detém participação de 99% do capital. A Companhia, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.
- (c) Em agosto de 2023, a CIP S.A finalizou a incorporação da empresa CRT4 – Central de Registro de Ativos S.A., com a operação, o Banco Bari agora é acionista da CIP S.A que em como objeto social atividades criação, desenvolvimento e a operação de sistemas relacionados a, incluindo, mas não se limitando, prestação de serviços com o fim de proporcionar (a) a transferência de fundos e de outros ativos financeiros, bem como de informações no âmbito do mercado financeiro nacional; e (b) o registro, processamento, a compensação e a liquidação de pagamentos em qualquer de suas formas, e o método de reconhecimento é por custo visto a inexistência de influência significativa.

12 Intangível

Semestre findo em 30 de junho de 2025

	Gerados internamente	Adquirido de terceiros	Total
Gastos de aquisição e desenvolvimento de software			
Saldo em 01 de janeiro de 2025	12.781	641	13.422
Movimentação do custo			
Valor total capitalizado em 1º de janeiro de 2025	50.957	2.657	53.614
Baixas	-	(10)	(10)
Gastos de vínculo com marcas e patentes	-	4.608	4.608
Custo em 30 de junho de 2025	50.957	7.255	58.212
Movimentação da amortização			
Amortização em 1º de janeiro de 2025	(38.176)	(2.016)	(40.192)
Amortização	(4.527)	(400)	(4.927)
Amortização em 30 de junho de 2025	(42.703)	(2.416)	(45.119)
Saldo contábil líquido:			
Em 30 de junho de 2025	8.254	4.839	13.093

13 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Depósitos

	À vista 30/06/2025	A prazo 30/06/2025	Outros depósitos 30/06/2025
Vencimento			
Sem vencimento (a.1)	16.834	-	60
Até 3 meses	-	31.361	-
De 04 a 12 meses	-	136.060	-
Acima de 12 meses	-	333.677	-
Total	16.834	501.081	60
Circulante	16.834	167.421	60
Não Circulante	-	333.677	-

(a.1) Apresentadas como “sem vencimento”, pois não existe data de vencimento contratual.

b. Recursos de aceites de emissão de títulos

	Recursos de letras imobiliárias e hipotecárias 30/06/2025
Vencimento	
Até 3 meses	65.035
De 04 a 12 meses	287.758
Acima de 12 meses	423.326

Total	776.119
Circulante	352.793
Não Circulante	423.326

c. Reconciliação das despesas de captação com o resultado

	30/06/2025
Despesas de depósitos a prazo	(35.275)
Despesas de operações compromissadas	(8)
Despesas de letra de crédito imobiliário	(43.971)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(746)
Total	(80.001)

14 Relações interfinanceiras

Circulante	30/06/2025
Transações de pagamento – cartão de crédito	455
Total	455

15 Obrigações sociais e estatutárias

Circulante	30/06/2025
Juros sobre capital próprio a pagar	3.655
Participações no resultado	440
Total	4.095

16 Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias

	30/06/2025
Circulante	
Impostos e Contribuições sobre lucros	4.018
Impostos diferidos	2.847
IRRF	41
Cofins	427
Impostos e contribuições sobre salários	172
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	147
IRRF s/ resgates de renda fixa	41
Pis	69
ISS	22
Total	7.743

Não Circulante	
Impostos diferidos	5.591
Total	5.591

17 Outras obrigações - Diversas

	30/06/2025
Circulante	
Credores diversos - país (a)	26.172
Outras provisões	5.671
Provisão para contingência (nota 17)	205
Despesas de pessoal	650
Total	32.698
Não circulante	
Credores diversos - país (a)	1.480
Provisão para contingência (nota 17)	645
Total	2.125

- (a) Referem-se a:
- (i) contratos a liberar e a compra de carteira no montante de R\$ 18.954;
 - (ii) parcelas de operações de crédito (imobiliário e consignado) recebidas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente no montante de R\$ 6.219;
 - (iii) cessão de crédito a pagar no montante de R\$ 1.479
 - (iv) outras despesas acessórias a pagar no montante de R\$ 434;
 - (v) seguros a repassar à seguradoras no montante de R\$ 271 e
 - (vi) outros credores pulverizados R\$ 295.

18 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

No semestre findo em 30 de junho de 2025 não foram reconhecidos ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto. Para os processos classificados com risco de perda provável o Banco efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no período

Em 30 de junho de 2025, o Banco possui contabilizada provisões para ações cíveis no montante de R\$ 851, os valores estão registrados na rubrica “Outras obrigações - Diversas”, conforme movimentação demonstrada abaixo:

	Saldo no início do período	Constituição	Reversão	Pagamentos	Saldo no final do período
Cíveis	953	246	(329)	(19)	851
Total – 30/06/2025	953	511	(213)	(236)	874

Em 30 de junho de 2025 , não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificado como provável.

d. Passivos contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 30 de junho de 2025, por processos de natureza cível e totalizaram R\$ 1.864.

O Banco não possui processos de natureza trabalhistas classificados como risco de perda possível em 30 de junho de 2025.

Não há processos de natureza fiscal classificados como risco de perda possível.

e. Cronograma de estimativa de desembolso das provisões:

Contingências passivas	2º Semestre 2025	2026	acima de 2026
Provisões cíveis	205	208	438
Total	205	208	438

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O valor do capital social é R\$ 120.000, sendo R\$ 117.600 em ações ordinárias e nominativas e R\$ 2.400 em ações preferenciais nominativas.

Em 01 de abril de 2025, os acionistas deliberaram um aumento de capital, integralizados em moeda corrente, no montante de R\$ 15.500, com emissão de 15.190.000 ações ordinárias e nominativas e 310.000 ações preferenciais nominativas. O referido aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 28 de abril de 2025.

Acionistas	Participação %	Total ações
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	35,4751%	42.570.209
Ivo Luiz Roveda	24,1869%	29.024.313
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	19,6000%	23.520.000
Enio Fornea Junior	11,7635%	14.116.114
Antonio Bordin Neto	6,9745%	8.369.364
Evaldo Leandro Perussolo	2,0000%	2.400.000
Total	100,0000%	120.000.000

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados em 30 de junho de 2025 no montante de R\$ 8.844.

c. Reserva estatutária

A reserva estatutária em 30 de junho de 2025 no montante de R\$ 65.152 refere-se à reserva para integridade do patrimônio líquido, que tem por fim assegurar recursos para atender às necessidades regulatórias e operacionais de valor de patrimônio líquido do Banco, podendo ser convertida em capital social por deliberação em assembleia, observado o limite do capital autorizado, e será formada, observada proposta dada em assembleia, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações para reserva legal e dividendo mínimo obrigatório, não podendo ultrapassar o valor do capital social.

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Conciliação de dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar

	a) Distribuição de JCP em 2019	b) Distribuição de JCP em 2023 - Exerc. Anteriores	c) Distribuição de JCP em 2023	d) Distribuição de JCP em 2024	e) Distribuição de JCP em 2025
Valor provisionado	5.040	12.260	740	20.234	4.300
(-) IRRF	<u>(756)</u>	<u>(1.839)</u>	<u>(111)</u>	<u>(3.035)</u>	<u>(645)</u>
Valor liq. a pagar	4.284	10.421	629	17.199	3.655
(-) Valores pagos no período	<u>(4.284)</u>	<u>(10.421)</u>	<u>(629)</u>	<u>(17.199)</u>	-
Total a pagar	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.655</u>
Resumo do total a pagar	<u>3.655</u>				

Deliberado por:

a) 24ª AGO de 30 de abril de 2020; b), c) 29ª AGO de 30 de abril de 2024 , d) 30ª AGO de 30 de abril de 2024 e e) a deliberar.

d.1 Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	30/06/2025
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (6%)	
Lucro (prejuízo) líquido do período	18.698
Reserva legal (5%)	<u>(935)</u>
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	17.763
Dividendos mínimos obrigatórios (25% conforme estatuto social)	-

Foram destacados juros sobre o capital próprio aos acionistas que substituem os dividendos mínimos obrigatórios.

20 Transações entre partes relacionadas

	30/06/2025		
	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)
Pessoas físicas			
LCI e CDB (a)	(186.932)	-	(11.578)
Depósitos a vista	(197)	-	-
Operações de crédito	109	-	-
Remuneração administradores	-	-	(303)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(2.359)	-	-
Controladas (a)			
Operações de Credito	14	-	-
Serviços prestados	4.072	-	-
Aplicação interfinanceira	-	-	-
Utilização de estrutura compartilhada	120	5.012	-
Estruturação de operações de cessão de crédito CRI	-	-	-
Dividendos e JCP	5.811	-	-
Depósitos a vista	(73)	-	-
LCI e CDB (a)	(186.932)	-	(591)
Remuneração Banco Liquidante	-	23	-
Pessoas jurídicas			
Desenvolvimento de software	(492)	-	(5.031)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(1.296)	-	-
Depósitos a vista	-	-	-
LCI e CDB (a)	(36.398)	-	(2.964)
Prestação de serviços administrativos e cobrança (b)	(160)	-	(1.015)
Aluguel comercial	-	-	(44)
Utilização de estrutura compartilhada ©	(120)	156	-
Operação de crédito	20	-	-
Fluxo vencimento de Partes Relacionadas	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	Acima 12 meses
Ativo			
Operações de crédito	143	-	-
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	5.811	-
Utilização de Estrutura Compartilhada	-	-	-
Estruturação de operações de cessão de crédito CRI	-	-	-
LCI	4.072	-	-
Total	4.215	5.811	-
Passivo			
Depósito a visa	270	-	-
Depósitos a prazo	19.112	111.072	101.131
Recursos de aceites de emissão de títulos	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	3.655	-
Desenvolvimento de software	492	-	-
Prestação de serviços administrativos e cobrança	160	-	-
Total	20.034	114.727	101.131

Informações adicionais:

As transações foram realizadas de acordo com condições determinadas por políticas para transações entre partes relacionadas deste Grupo.

(*) São partes relacionadas pessoa jurídica, as seguintes empresas : (i) Bari Companhia Hipotecária, (ii) Bari Securitizadora S.A; (iii) Bari Service de Crédito Ltda.; (iv) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (v) Barigüi Veículos Ltda.; (vi) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (vii) Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.; (viii) Enio Fornea & Cia Ltda.; (ix) Center Automóveis Ltda.; (x) Espaço Automóveis Ltda.; (xi) GFA Incorporações Ltda.; (xii) Amambahy Participações Ltda.; (xiii) Fórmula Automóveis Ltda.; (xiv) Instituto Barigüi; (xv) Marumbi Investimentos Ltda; (xvi) Bari Tecnologia e Serviços de Informática Ltda; (xvii) BariSeg Corretora de Seguros Ltda; (xviii) Bari Serviços de Apoio a Escritórios Ltda; (xix) EZN Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda; e (xx) DI Documentação Imobiliária Ltda.

- (a) Controladas: Bari Companhia Hipotecária, Bari Securitizadora S.A.
- (b) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.

As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

a. Política de remuneração

O Banco remunera quatro membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Os membros da diretoria executiva têm remuneração de natureza fixa e variáveis. O valor em 30 de junho de 2025 está representado por R\$ 303.

21 Receita de prestação de serviços

	<u>30/06/2025</u>
Confecção de cadastro pessoa física e jurídica	1.984
Rendas com <i>interchange</i>	174
Rendas de outros serviços	<u>2.534</u>
Total	<u>4.692</u>

22 Despesas tributárias

	<u>30/06/2025</u>
Despesa de COFINS	(2.646)
Despesa de PIS	(430)
Despesas de ISS	(141)
Outros	<u>(139)</u>
Total	<u>(3.356)</u>

23 Outras despesas administrativas

	<u>30/06/2025</u>
Despesas com serviços terceirizados (a)	(8.778)
Despesas de processamento de dados	(8.781)
Despesas com amortização/depreciação	(5.077)
Despesa com serviços técnicos especializados	(1.033)
Despesas com propaganda e publicidade	(1.709)
Despesas serviço sistema financeiro	(562)
Despesas de comunicação	(530)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(755)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(135)
Despesas de aluguel comercial	(157)
Despesas com acordo judicial	(243)
Despesas judiciais e cartório	(499)
Despesas com viagens	(168)
Despesa de transporte	(31)
Despesas de seguros	(9)
Outras despesas	(339)
Total	<u>(28.806)</u>

(a) Refere-se principalmente à:

- (i) Apropriação de despesas com comissões por indicação e originação de operações de crédito no resultado para o semestre findo em 30 de junho de 2025 correspondem ao valor de R\$ 1.677;
- (ii) As despesas incorridas a título de assessoria de cobrança para o semestre findo em 30 de junho de 2025 correspondem ao valor de R\$ 1.047;
- (iii) As despesas incorridas a títulos de assessoria e consultorias comerciais, para o semestre findo em 30 de junho de 2025, correspondem ao valor de R\$ 872.
- (iv) As despesas incorridas a título de custos de repasse aos órgãos públicos para o semestre findo em 30 de junho de 2025 correspondem ao valor de R\$ 685;
- (v) As despesas com administração de dados das carteiras de operação de crédito, para o semestre findo em 30 de junho de 2025 correspondem ao valor de R\$ 2.853;
- (vi) As despesas relativas à assessoria em recursos humanos, análise de crédito, análise de abertura de conta, ponto de atendimento e plataforma digital para o semestre findo em 30 de junho de 2025 correspondem ao valor R\$ 1.590;
- (vii) Outras despesas pulverizadas, para o semestre findo em 30 de junho de 2025 correspondem ao valor de R\$ 54.

O Banco possui processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Os honorários relativos à auditoria independente relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2025 e ao exercício a findar-se de 31 de dezembro de 2025 montam o total de R\$ 252.

24 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>30/06/2025</u>
Impostos correntes	
Provisão para imposto de renda	(893)
Provisão para contribuição social	<u>(756)</u>
Total	<u>(1.649)</u>
Ativo e passivo fiscal diferido	(2.156)
Prejuízo fiscal diferido para imposto de renda e contribuição social	<u>(1.744)</u>
Total imposto de renda e contribuição social	<u><u>(3.900)</u></u>

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	<u>30/06/2025</u>
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>24.247</u>
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 20% e 25%, respectivamente	(10.911)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:	
Adições permanentes	(2)
Adições Swap liquidado	(621)
Outras Adições	
Exclusões	
Equivalência	3.378
Swap liquidado	1.935
Juros sobre capital próprio	-
Outros	<u>672</u>
Total Impostos de Renda e Contribuição Social	<u><u>(5.549)</u></u>
 Imposto de renda e contribuição social correntes	 (1.649)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.900)

c. Movimentação e origem do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo inicial em 01/01/2025	Constituição	Baixa	Saldo final em 30/06/2025
Imposto de renda				
Prejuízo Fiscal Base IRPJ	18.758	236	(1.205)	17.789
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.304	3.811	(222)	7.893
Provisão para contingências	238	9	(35)	212
MtM instrumentos financeiros hedge accounting	(4.470)	(742)	525	(4.687)
MtM instrumentos financeiros SWAP	(0)	-	-	(0)
MtM Títulos e Valores Mobiliários	30	(27)	3	5
Outras provisões	411	163	(178)	397
Ativo Fiscal Diferido	23.742	4.219	(1.641)	26.296
Passivo Fiscal Diferido	(4.470)	(769)	528	(4.687)
Contribuição social				
Base negativa de CSLL	15.007	189	(964)	14.232
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.444	3.020	(178)	6.286
Provisão para contingências	191	7	(28)	170
MtM instrumentos financeiros hedge accounting	(3.577)	(594)	420	(3.750)
MtM Títulos e Valores Mobiliários	23	(22)	2	3
Outras provisões	329	131	(178)	281
Ativo Fiscal Diferido	18.993	3.347	(1.348)	20.972
Passivo Fiscal Diferido	(3.577)	(616)	422	(3.750)
TOTAL Ativo Fiscal Diferido	42.735	7.566	(2.989)	47.268
TOTAL Passivo Fiscal Diferido	(8.047)	(1.385)	950	(8.437)
Conciliação dos efeitos				
	IRPJ	CSLL		
Efeito no Resultado	3.548	2.774		
Efeito no Patrimônio líquido	(6.854)	(5.476)		
Efeito Prejuízo Fiscal - Resultado	969	775		
Total	(2.337)	(1.927)		

Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A.
*Demonstrações financeiras referente ao
semestre findo em 30 de junho de 2025*

As diferenças temporárias relativas às:

	jun-26	jun-27	jun-28	acima de 3 anos	TOTAL
Proporção para realização					
Provisão de contingência - Outros Passivos e trabalhistas	24%	24%	50%	1%	100%
Provisão Desvalorização de Imóveis	5%	10%	26%	59%	100%
Participação nos lucros	100%	0%	0%	0%	100%
Carteira Normal PDD	9%	7%	0%	84%	100%
Carteira Estoque PDD (2024)	10%	10%	10%	70%	100%
TVM	100%	0%	0%	0%	100%
Prejuízo fiscal	10%	20%	25%	45%	100%

Considerando a expectativa de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2025 tenham sua realização futura da seguinte forma:

<u>ATIVO FISCAL DIFERIDO</u>	jun/26	jun/27	jun/28	acima de 3 anos	TOTAL
Imposto de Renda					
Diferenças Temporária Tributável	916	688	444	6.424	8.471
Prejuízo Fiscal	1.779	3.557	4.447	8.005	17.789
Total	2.695	4.245	4.891	14.429	26.260
Valor Presente	2.320	3.655	4.211	12.424	22.611
Contribuição Social					
Diferenças Temporária Tributável	733	550	355	5.139	6.777
Prejuízo Fiscal	1.423	2.846	3.558	6.404	14.231
Total	2.156	3.396	3.913	11.543	21.008
Valor Presente	1.856	2.924	3.369	6.404	14.553
<u>PASSIVO FISCAL DIFERIDO</u>	jun/26	jun/27	jun/28	acima de 3 anos	TOTAL

Imposto de Renda					
Diferenças Temporária Tributável	2.103	2.104	481	-	4.688
Total	2.103	2.104	481	-	4.688
Valor Presente	1.809	1.811	414	-	4.035
Contribuição Social					
Diferenças Temporária Tributável	1.682	1.683	385	-	3.750
Total	1.682	1.683	385	-	3.750
Valor Presente	1.447	1.449	331	-	3.228

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de juros de captação de 108,32% CDI.

O Banco não deixou de ativar os créditos tributários durante o semestre findo em 30 de junho de 2025.

d. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 8.438 em 30 de junho de 2025, referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado de hedge de fluxo de caixa e valores a receber..

25 Patrimônio líquido exigido (acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia III, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. O índice de Basileia de 21,13%, apurado de acordo com os preceitos regulamentares para o período findo em 30 de junho de 2025, representativo para o Conglomerado Prudencial Bari.

	30/06/2025
Patrimônio de referência	165.617
Índice de Basileia BACEN	21,13%

26 Estrutura de gerenciamento integrado de riscos e de capital

Na forma da regulamentação vigente, as atividades de gerenciamento de risco encontram-se centralizadas no Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. ("Banco"), líder do conglomerado Prudencial Bari que é composto pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., sendo o Banco Bari líder do Conglomerado e instituição enquadrada no segmento S4, nos termos da Resolução CMN nº 4.553 de 30/01/2017.

A seguir, os principais fatores dos riscos elencados que afetam os negócios da companhia:

(i) Risco de crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito monitora a qualidade em níveis coerentes com o apetite de risco do Bari para cada segmento de mercado em que opera e o comportamento da carteira de crédito através de indicadores consistentes, a fim de atender a complexidade do negócio e visando alcançar boas práticas de mercado.

O comportamento da inadimplência é analisado de forma sistemática e metódica com o objetivo de identificar, avaliar e acompanhar tendências, promovendo ações que buscam o controle e mitigação dos riscos.

(ii) Risco operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Inclui-se também nesta modalidade o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimentos de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

(iii) Gestão de continuidade de negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações do conglomerado e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados no Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e anualmente são realizados testes e/ou simulações de eventos enquadráveis nesse escopo.

(iv) Risco de mercado e de Taxa de Juros

Define-se o risco de mercado e de Taxa de Juros como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado e no resultado de intermediação financeira de instrumentos financeiros detidos pelas instituições do Bari.

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado e de Taxa de Juros possui, ainda, um escopo focado no controle do risco do descasamento das posições ativas e passivas no que concerne às taxas/indexadores praticadas pelo Bari.

(v) Risco de liquidez

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez é responsável por identificar, avaliar, monitorar, mensurar, controlar e reportar a exposição ao Risco e situações que possam comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da organização.

O comportamento do fluxo de caixa é acompanhado diariamente e outros indicadores de liquidez são acompanhados mensalmente de forma independente e sistemática, buscando identificar situações de risco e promover ações que garantam a boa saúde financeira da instituição.

(vi) Gerenciamento de capital

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

I – monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

II – avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta;

III – planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O processo de identificação e avaliação dos riscos relevantes é realizado com periodicidade mínima anual, através do Plano de Capital, contemplando os riscos considerados no cálculo do capital regulamentar.

(vii) Risco Social, Ambiental e Climático

Define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos relacionados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum.

Define-se o risco ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático divide-se em duas vertentes, sendo:

- **Risco climático de transição:** define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos relacionados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;
- **Risco climático físico:** define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

A Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática do Bari caracteriza o crédito imobiliário como a modalidade de crédito mais sensível ao risco, devido à possibilidade do imóvel, objeto do financiamento e/ou garantia da operação, apresentar desconformidades socioambientais. Neste último contexto, incluímos as operações de compra de carteiras, alcançando as incorporadoras e construtoras cedentes de créditos.

Vale registrar que o Bari desenvolve ações para prevenção dos riscos citados, em especial na área de crédito imobiliário, inserindo nas avaliações de imóveis apurações sobre eventuais pendências junto aos órgãos encarregados de coibir irregularidades na área aqui tratada.

* * *

Diretoria

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente

Evaldo Leandro Perussolo

Diretor Superintendente

Mateus Vargas Fogaça
Diretor Executivo

Eduardo Zagonel Neves
Diretor Executivo

Conselho de Administração

Ivo Luiz Roveda
Presidente

Enio Fornea Júnior
Vice Presidente

Felix Archanjo Bordin
Conselheiro

Antônio Bordin Neto
Conselheiro

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Conselheiro

Responsável Técnica

Cristiane Aparecida Damrat
Contadora CRC PR 063966/O-2